

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 26 de Fevereiro de 2008 — Comissão das Comunidades Europeias/República Federal da Alemanha

(Processo C-132/05) <sup>(1)</sup>

(«Incumprimento de Estado — Regulamento (CEE) n.º 2081/92 — Protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios — Queijo “Parmigiano Reggiano” — Utilização da denominação “parmese” — Obrigação de um Estado-Membro punir oficiosamente a utilização abusiva de uma denominação de origem protegida»)

(2008/C 92/03)

Língua do processo: alemão

## Partes

*Demandante:* Comissão das Comunidades Europeias (representantes: E. de March, S. Grünheid e B. Martenczuk, agentes)

*Intervenientes em apoio da demandante:* República Checa (representante: T. Boček, agente), República Italiana (representantes: I. M. Braguglia, agente e G. Aiello, avvocato dello Stato)

*Demandada:* República Federal da Alemanha (representantes: M. Lumma, A. Dittrich, agentes e M. Loschelder, Rechtsanwalt)

*Intervenientes em apoio da demandada:* Reino da Dinamarca (representante: J. Molde, agente), República da Áustria (representante: E. Riedl, agente)

## Objecto

Incumprimento de Estado — Infracção do artigo 13.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios (JO L 208, p. 1) — Falta de medidas para proibir a utilização da denominação «Parmesan» para produtos que não cumprem o caderno de encargos previsto para a denominação de origem protegida «Parmigiano Reggiano»

## Parte decisória

- 1) Julga-se improcedente a acção.
- 2) A Comissão das Comunidades Europeias é condenada nas despesas.
- 3) A República Checa, o Reino da Dinamarca, a República Italiana e a República da Áustria suportarão as respectivas despesas.

<sup>(1)</sup> JO C 132 de 28.5.2005.

Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 21 de Fevereiro de 2008 (pedido de decisão prejudicial do Verwaltungsgerichtshof — Áustria) — Tele2 Telecommunication GmbH/Telekom-Control-Kommission

(Processo C-426/05) <sup>(1)</sup>

(«Comunicações electrónicas — Redes e serviços — Quadro regulamentar comum — Artigos 4.º e 16.º da Directiva 2002/21/CE (directiva-quadro) — Recurso — Procedimento administrativo de análise de mercado»)

(2008/C 92/04)

Língua do processo: alemão

## Órgão jurisdicional de reenvio

Verwaltungsgerichtshof

## Partes no processo principal

*Recorrente:* Tele2 Telecommunication GmbH

*Recorrida:* Telekom-Control-Kommission

## Objecto

Pedido de decisão prejudicial — Verwaltungsgerichtshof — Interpretação dos artigos 4.º, n.º 1, e 16.º, n.º 3, da Directiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas (directiva-quadro) (JO L 108, p. 33) — Procedimento de análise de mercado — Conceito de pessoa «prejudicada» ou «afectada» («betroffen») — Legislação nacional que reserva a qualidade de parte no procedimento («Parteistellung») unicamente para o destinatário da decisão que impõe, modifica ou suprime obrigações regulamentares específicas, excluindo as empresas concorrentes

## Parte decisória

- 1) O conceito de utilizador ou de empresa «prejudicado/a», na acepção do artigo 4.º, n.º 1, da Directiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas (directiva-quadro), e o de parte «abrangida», na acepção do artigo 16.º, n.º 3, desta directiva, devem ser interpretados no sentido de que podem referir-se não apenas a uma empresa (anteriormente) com poder de mercado significativo no mercado relevante que é objecto de uma decisão de uma autoridade reguladora nacional adoptada no âmbito de um procedimento de análise de mercado, referido no artigo 16.º da mesma directiva, e de que é destinatária, mas igualmente aos utilizadores e às empresas concorrentes dessa empresa, que não são em si mesmos destinatários desta decisão, mas cujos direitos são prejudicados por ela.